

Universidade de Brasília (UnB)  
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (Face)  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)  
Bacharelado em Ciências Contábeis

Carlos André de Araujo Salas

**AS ALTERAÇÕES DO CPC 19 (R2) – NEGÓCIOS EM CONJUNTO:** Os impactos no saldo comparativo das demonstrações financeiras de março de 2013 das empresas integrantes do índice IBOVESPA.

Brasília  
2013

Carlos André de Araujo Salas

**AS ALTERAÇÕES DO CPC 19 (R2) – NEGÓCIOS EM CONJUNTO:** Os impactos no saldo comparativo das demonstrações financeiras de março de 2013 das empresas integrantes do índice IBOVESPA.

Trabalho de conclusão de curso (Monografia) apresentado como requisito parcial à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Mestre Alex Laquis Resende

Brasília  
2013

Carlos André de Araujo Salas

**AS ALTERAÇÕES DO CPC 19 (R2) – NEGÓCIOS EM CONJUNTO:** Os impactos no saldo comparativo das demonstrações financeiras de março de 2013 das empresas integrantes do índice IBOVESPA.

Trabalho de conclusão de curso (Monografia) defendido e aprovado como requisito parcial à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Prof. Mestre Alex Laquis Resende  
Orientador – Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Mestre Cláudio Moreira Santana  
Examinador – Universidade Federal de Goiás (UFG)

Brasília  
2013

À minha mãe Creusa Maria de Araujo Salas, por  
toda dedicação e amor, a principal responsável  
pela pessoa que sou hoje.

À minha namorada Natalia Rocha Luz Sousa,  
aquela que, nos últimos oito anos, faz parte de  
todas as minhas conquistas.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus em primeiro lugar, Aquele que está ao meu lado a cada segundo, e a quem devo toda honra, glória e sabedoria.

Ao meu orientador Prof. Mestre Alex Laquis Resende que além de orientador foi o responsável pelo meu primeiro contato com a contabilidade e um exemplo desde o início da graduação.

Agradeço ao Prof. Mestre Cláudio Moreira Santana por aceitar participar da banca e por me ensinar que a contabilidade é muita mais do que normas e pronunciamentos.

Aos meus pais, Creusa e João Carlos, e meus irmãos, Xande, Guto e Carlinha, por compreenderem os momentos de ausência, apoiarem nos momentos difíceis e demonstrar amor em cada minuto.

A minha namorada e amor, Natália, pela paciência nos momentos de tensão, pelas palavras de apoio e incentivo, por todo amor, dedicação e confiança.

Agradeço aos meus amigos pelos momentos inesquecíveis e todo apoio demonstrado.

Ao meu cunhado, Thiago, mais um irmão que Deus enviou para minha vida.

E a minha primeira “chefe” Isabela Rodrigues Henning, a pessoa que me deu a oportunidade de aprender contabilidade na prática e quem abriu a porta para minha carreira.

Obrigado Senhor, obrigado a todos!!

“Sempre acreditei que se você colocar o trabalho, os resultados virão. Eu não faço coisas com 'meia vontade', porque eu sei que se eu fizer, então eu posso esperar resultados de 'meia qualidade’”

*Michael Jordan*

## RESUMO

A contabilidade brasileira vem sofrendo diversas alterações de forma a convergir às normas internacionais de contabilidade. Uma das alterações recentes foi a segunda revisão do pronunciamento técnico CPC 19 – Negócios em conjunto, derivado do IFRS 11 – *Joint Arrangement*, que não permite mais a consolidação proporcional das empresas controladas em conjunto, devendo estas serem reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. Com isto surge a pergunta, quais os impactos advindos da aplicação destas novas regras de contabilização no saldo comparativo apresentado nos balanços patrimoniais e resultado do exercício das demonstrações financeiras trimestrais de março de 2013? Através de análises horizontais e dos principais índices de liquidez, endividamento e rentabilidade, buscou-se mensurar e apresentar o impacto nas empresas pertencentes ao índice IBOVESPA (carteira teórica de ações da bolsa de valores de São Paulo, BM&FBovespa), o qual é composto por sessenta e cinco empresas. Após análises das demonstrações das mesmas, exclui-se quarenta e oito empresas, ficando assim com uma amostra de dezessete empresas para análise. Verificou-se que a maior parte das empresas apresentaram perdas em seus ativos totais, sendo que apenas uma empresa apresentou aumento. Apesar das reduções patrimoniais, observa-se que sete empresas não apresentaram redução em seus índices de rentabilidade, sendo que as nove demais apresentaram melhoras em tais índices.

**Palavras chave:** Método de equivalência patrimonial, consolidação, IFRS, contabilidade.

## Sumário

1 – INTRODUÇÃO .....	8
1.1 – Contextualização .....	8
1.2 – Problema de pesquisa.....	9
1.3 – Objetivos .....	9
1.4 – Justificativa .....	10
2 – REFERENCIAL TEÓRICO .....	11
2.1 - Características Qualitativas da informação contábil.....	11
2.2 - Mensuração de ativos.....	12
2.3 - Investimentos e as alterações advindas do IFRS 11 .....	13
2.4 - Demonstrações consolidadas e a consolidação proporcional.....	15
2.5 - Método de equivalência patrimonial.....	15
3 – PROCEDER METODOLÓGICO .....	19
3.1 – Coleta de dados .....	19
3.2 – Exclusões da população .....	19
3.3 – Metodologia das análises .....	21
4 – ANÁLISE DOS DADOS .....	23
4.1 – Análises relacionadas ao Balanço Patrimonial.....	23
4.2 – Análises relacionadas a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).....	26
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	30
5.1 – Conclusões .....	30
5.2 – Limitações .....	30
5.3 – Sugestões de pesquisa .....	31
REFERÊNCIAS .....	32
APÊNDICE .....	34



## 1 – INTRODUÇÃO

### 1.1 – Contextualização

Ao longo da evolução histórica da contabilidade, esta tem procurado se adaptar às exigências e circunstâncias do mercado para qual aplica e desenvolve suas normas (Iudícibus e Martins, 2007).

Com o advento da globalização e acesso a possibilidade de investimentos em mercado de capital de diversos países, surge a necessidade de harmonização das normas contábeis em âmbito mundial, de forma a expandir e melhorar a utilidade da informação contábil para todos os usuários, e em específico, os de mercados de capitais (Lemes e Carvalho, 2004).

Desta forma, em 1973 surge a figura do *International Accounting Standards Committee* (IASC) que em 2001 é reestruturado para assumir o nome de *International Accounting Standards Board* (IASB). Conforme Lemes e Carvalho (2004), o IASB é um órgão independente criado com o objetivo de coordenar, discutir e aprovar as normas internacionais de contabilidade, anteriormente publicadas com o nome de IAS (*International Accounting Standard*), e a partir de 2003, como IFRS (*International Financial Reporting Standard*), de forma a harmonizar as práticas contábeis adotadas pelas empresas e outras organizações em todo o mundo.

No Brasil, um passo muito importante para convergência às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, foi a instituição da lei 11.638/07. Antunes et al. (2012) descrevem que dentre os aspectos que explicam a adoção das normas internacionais no Brasil podem ser destacados a expansão do mercado de capitais e a redução da taxa de juros no país, aumentando a importância das informações contábeis para auxiliar a tomada de decisão de investimentos, e desta forma, as diferenças entre as normas brasileiras de contabilidade e as normas internacionais e norte americanas eram um obstáculo para os investimentos dos demais países no Brasil.

Desta forma, em 07 de outubro de 2005, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução CFC nº 1.055, cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que tem como objetivo (CFC, 2005):

“o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa

natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.”

Antunes et al. (2012) resumem as funções do CPC como emitir pronunciamentos contábeis baseados nas normas internacionais (IFRS), que passam a vigorar como norma contábil.

Em 09 de novembro de 2012 o CPC aprovou o pronunciamento técnico CPC 19 (R2) - Negócio em conjunto (*Joint Venture*) elaborado a partir do IFRS 11 – *Joint Arrangements*, que segundo PwC (2013) tem por objetivo demonstrar com maior clareza aos investidores os envolvimento das entidades em investimentos em conjunto.

As principais alterações na norma são a conceituação de empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) e operações em conjunto (*joint operation*) e a forma de contabilização, onde a consolidação proporcional não é mais permitida, sendo as operações em conjunto registradas como passivos e ativos do investidor e as *joint ventures* reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

## **1.2 – Problema de pesquisa**

Quais os impactos advindos da aplicação das novas regras de contabilização, pronunciamentos técnicos CPC 19 (R2) e IFRS 11, no saldo comparativo apresentado nos balanços patrimoniais e resultado do exercício das demonstrações financeiras trimestrais de março de 2013 nas empresas que compõem o índice Ibovespa?

## **1.3 – Objetivos**

### **1.3.1 – Objetivos gerais**

O presente trabalho tem por objetivo analisar os impactos referentes as novas exigências do pronunciamento técnico CPC 19 (R2) nas demonstrações financeiras de março de 2013 das empresas que compõem o índice Ibovespa.

### **1.3.2 – Objetivos específicos**

O trabalho tem como objetivos específicos apresentar, comparar e mensurar as alterações no saldo comparativo de dezembro de 2012 (balanço patrimonial) e março de 2012 (resultado do exercício) das referidas empresas em decorrência das alterações do CPC 19 (R2).

#### **1.4 – Justificativa**

O estudo se justifica por ser um tema atual, com impactos a partir das demonstrações trimestrais de 2013 das empresas e conforme PwC (2013) menciona, as alterações advindas da segunda revisão do pronunciamento técnico CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto acarretaram em uma mudança significativa nas Demonstrações Financeiras de muitas entidades que utilizam o critério de consolidação proporcional para as participações em empreendimentos controlados em conjunto.

A escolha das empresas que compõem o índice Ibovespa se justifica pelo fato de, demonstrar o desempenho dos papéis que representam mais de 80% do volume de negociações na BOVESPA (BM&FBovespa, 2013), desta forma, os impactos nas demonstrações financeiras da carteira que o compõe, tem provável impacto no desempenho da principal bolsa de valores do Brasil.

## **2 – REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 - Características Qualitativas da informação contábil**

As características qualitativas da informação contábil são fundamentais para o entendimento do estudo.

Conforme descrito às análises serão realizadas sobre os saldos comparativos das Demonstrações Financeiras que, em função de uma modificação de política contábil, devem ser reapresentados com o objetivo de se manter a comparabilidade e entendimentos das informações contábeis.

Silva (2011) demonstra o objetivo das características qualitativas da informação contábil, que seria o de ser útil tanto para os usuários internos quanto para os usuários externos das mesmas, principalmente para os investidores.

Iudícibus et al. (2010) definem a existência de quatro principais características qualitativas para as demonstrações contábeis: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade. O Pronunciamento conceitual básico (CPC, 2011) abrange de forma diferente, separando inicialmente as características qualitativas da informação contábil em dois grandes grupos, características fundamentais (relevância e fidedignidade) e de melhoria (comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade).

Em suma as características descritas por Iudícibus et al. (2010) e o Pronunciamento conceitual básico (CPC, 2011) são as mesmas, descritas de forma diferente. As definições dessas características são as seguintes:

- **Relevância:** A informação contábil deve ser capaz de influenciar a tomada de decisão dos usuários, desta forma deve ter valor preditivo. Uma informação é material quando a sua omissão ou divulgação distorcida puder influenciar os usuários.
- **Fidedignidade:** Para que uma informação seja apresentada de maneira adequada ela deve ser uma representação fiel. Tem que ser completa, neutra e livre de erro.
- **Comparabilidade:** A informação contábil será útil caso possa ser comparada com as de outras entidades e comparadas entre períodos diferentes, de forma consistente, utilizando os mesmo métodos para os mesmo itens.

- Verificabilidade: Assegura que diferentes observadores independentes podem chegar a um consenso quanto ao retrato de uma realidade econômica.
- Tempestividade: A informação financeira deve ser apresentada em momento oportuno, de forma que possa influenciar um tomador de decisão.
- Compreensibilidade: Elas devem ser apresentadas de forma clara, concisa e compreensível, sendo prontamente entendidas pelos usuários.

## 2.2 - Mensuração de ativos

Das alterações advindas do pronunciamento técnico CPC 19 (R2) muito se deve às grandes discussões teóricas a respeito da mensuração de ativos.

Martins (2000) afirma que enormes discussões conceituais e acadêmicas vêm sendo causadas pela avaliação patrimonial das empresas, e que todos os modelos surgidos até hoje possuem o mesmo objeto, o patrimônio, e mais especificamente, o caixa. Ele afirma ainda que a estrutura conceitual da contabilidade prevalecente até hoje é o de custo histórico, porém, com a nova estrutura conceitual isto está se modificando para *fair value*.

Iudícibus e Martins (2007) afirmam que o método das partidas dobradas favoreceu o registro ao custo histórico, uma vez que mensura com objetividade o momento e o valor do evento econômico assim que ele ocorre, afirmam ainda que se não fosse pelo desenvolvimento das partidas dobradas a contabilidade possivelmente ainda se resumiria em levantamento de inventários, direitos e obrigações em determinada data base, sendo basicamente a avaliação e mensuração a mercado.

Almeida e El Hajj (1997) comparam a mensuração a uma “lente”, a qual o gestor utiliza para analisar a realidade organizacional, e assim como uma lente, ela pode aumentar, diminuir ou distorcer a realidade. Eles definem que o problema é definir a lente que melhor auxilie o gestor no entendimento dos objetos da entidade. Almeida e El Hajj (2007) destacam ainda que “Mensurar, em Contabilidade, é traduzir monetariamente o valor econômico dos objetos e eventos”.

Quanto aos métodos de avaliação de ativos, Martins (2000) cita alguns deles: custo histórico, custo histórico corrigido, custo de reposição, valor de realização, custo de oportunidade, valor presente do fluxo de caixa futuro.

Observa-se que a maior parte dos teóricos admitem que para cada tipo de ativo existe uma forma de mensuração mais adequada, fazendo com que não exista um só método de mensuração que contemple de forma completa a mensuração de qualquer tipo de ativo.

### **2.3 - Investimentos e as alterações advindas do IFRS 11**

O presente estudo tem por objeto um tipo específico de ativo, os investimentos no capital de outras sociedades. Conforme conceitua Druzian, Ensslin e Kruger (2012), investimentos são “[...] aplicações de caráter permanente, que geram rendimentos e não se destinam à manutenção da atividade operacional da companhia.”. Desta forma, para que um ativo possa ser considerado um investimento, a empresa não deve ter intenção de realização no curto prazo (venda), pois caso tenha, ela será considerada um instrumento financeiro e deverá obedecer aos critérios do CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração.

Iudícibus et al. (2010) sugerem que os investimentos sejam classificados conforme quatro cenários: controle, controle em conjunto, influência significativa e pouco/nenhuma influência.

O presente estudo além aos investimentos controlados em conjunto, escopo do pronunciamento técnico CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

Iudícibus et al. (2010) e o pronunciamento técnico CPC 19 (R2) conceituam negócios em conjunto de forma semelhante, sendo um negócio em conjunto aquele em que duas ou mais partes possuam contratualmente o compartilhamento do controle do negócio, fazendo com que as decisões relevantes sobre as atividades possuam consentimento unânime das partes que a controlam.

Buscando a melhor forma de reconhecimento e mensuração dos investimentos em negócio em conjunto, o pronunciamento técnico CPC 19 (R2) define dois tipos de negócios em conjunto: operação em conjunto (*joint operation*) e empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*). Conforme o referido pronunciamento técnico, a diferença principal entre as duas classificações é que enquanto em uma operação em conjunto as partes que controlam o negócio detêm o direito em conjunto sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto as partes têm o direito sobre os ativos líquidos do negócio.

Quanto ao reconhecimento de cada um dos tipos de contrato, o pronunciamento técnico CPC 19 (R2) determina que os operadores em conjunto devem reconhecer os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados a sua parte na operação em conjunto e devem aplicar os pronunciamentos, orientações e interpretações do CPC conforme a natureza de cada item.

Para o reconhecimento de empreendimento controlado em conjunto surge a novidade da segunda revisão dos pronunciamentos técnicos CPC 19 (R2) e IFRS 11, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2013. Conforme PwC (2013) até o IAS 31, as entidades poderiam utilizar o método de consolidação proporcional.

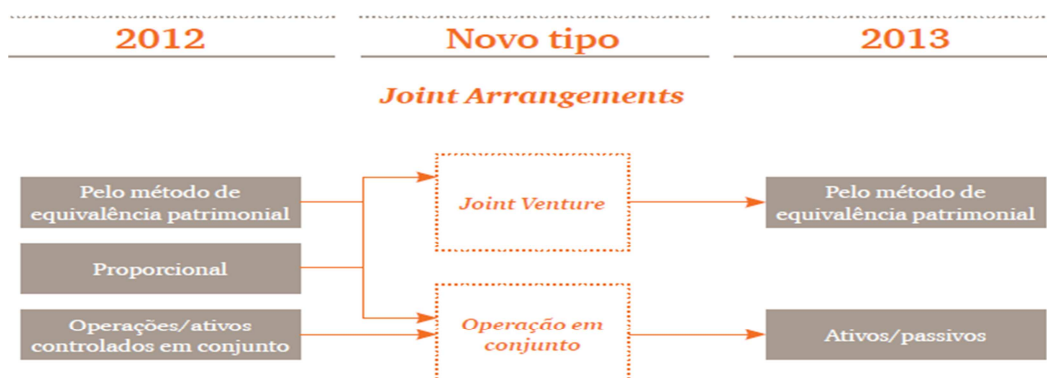
Observa-se, na determinação do então revogado pronunciamento técnico CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*), que o empreendedor deveria “reconhecer seu investimento na entidade controlada em conjunto utilizando a consolidação proporcional”. Com o surgimento do IFRS 11, PwC (2013) comenta que a consolidação proporcional deixou de ser permitida, devendo os empreendedores em conjunto utilizar o método de equivalência patrimonial.

O atual pronunciamento técnico CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto, define que o empreendedor em conjunto “[...] deve reconhecer seus interesses em empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) como investimento e deve contabilizar esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial.”.

Esta novidade, no entanto, surge no reconhecimento das Demonstrações Consolidadas, uma vez que, para o CPC, nas demonstrações individuais, o critério utilizado já era o método de equivalência patrimonial (Iudícibus et al. (2010).

Segue resumo das principais alterações advindas do IFRS 11:

**Figura 1: Resumo das alterações do IFRS 11**



Fonte: PwC (2013)

## 2.4 - Demonstrações consolidadas e a consolidação proporcional

As demonstrações contábeis consolidadas surgiram nos Estados Unidos no início do século XX conforme descreve El Hajj e Lisboa (2001 apud PARKER e NOBES, 1998, p. 325-326). Iudícibus et al. (2010) afirmam que nos países em que a captação de recursos através do mercado de Bolsas de Valores é importante, a consolidação já existe há vários anos, pois apenas através desta técnica é que se pode realmente mensurar a posição financeira de uma entidade que possui investimentos relevantes em outras entidades.

No Brasil, os princípios que regem as Demonstrações Consolidadas advêm do pronunciamento técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Contábeis Consolidadas, porém, conforme Machado (2005) a obrigatoriedade das demonstrações consolidadas no Brasil provem da lei 6.404/76, mais conhecida como Lei das S.A.

Iudícibus et al. (2010) definem que basicamente a consolidação seria a soma dos saldos das contas do balanço da controladora com os saldos das contas dos balanços de suas controladas, os demais procedimentos de consolidação teriam como intuito representar a posição patrimonial e financeira da entidade de maneira mais adequada, demonstrando apenas as transações realizadas junto a terceiros.

A consolidação proporcional conforme o revogado pronunciamento técnico CPC 19 (R1) é a contabilização da parte a que cabe o empreendedor em conjunto dos ativos, passivos, receitas e despesas da controlada em conjunto “linha a linha com itens similares nas demonstrações contábeis do empreendedor” (CPC, 2011).

Observa-se que a diferença entre a consolidação integral e proporcional é no que diz respeito do percentual de reconhecimentos das contas da investida, uma vez que na integral a consolidação se faz em 100% dos valores da investida, na proporcional se consolida o percentual do investidor no empreendimento em conjunto.

Quanto à consolidação proporcional Iudícibus et. al (2010) comentam ainda que é esperado que o efeito no resultado da contabilização pelo método da consolidação proporcional e o método da equivalência patrimonial seja o mesmo, uma vez que, a principal diferença entre os dois modelos é que enquanto o primeiro se faz linha a linha, o segundo é *one line consolidation*, conforme expressão inglesa, “consolidação em uma linha”.

## 2.5 - Método de equivalência patrimonial



Não há como tratar de equivalência patrimonial sem se falar da única exceção de caráter permanente entre os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e o IASB que trata o pronunciamento técnico CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 A 41.

Conforme descrito no referido pronunciamento técnico, o IASB não permite nas Demonstrações Individuais o reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos em controladas, o IASB exige que neste tipo de relação a empresa controladora elabore apenas demonstrações consolidadas. O IASB permite que caso a investidora queira apresentar suas demonstrações individuais ela possuirá o nome de “demonstrações separadas” e o investimento deverá ser mensurado ao valor justo ou pelo custo (CPC, 2010).

Quanto a esta posição do IASB, Martins (2000) faz uma crítica descrevendo que os “tradicionalmente conservadores países da Europa relutam até hoje” em aceitar a figura da Equivalência Patrimonial devido ao fato de a equivalência agregar ao ativo algo não ingressado financeiramente, que só afetará o caixa quando do recebimento do lucro ou da alienação do investimento, que ocorrerá provavelmente em um futuro distante (Martins, 2000).

Uma vez que o objetivo do estudo são as Demonstrações Contábeis consolidadas, atém-se em como funciona o método de equivalência patrimonial.

Conforme descrito anteriormente, o IFRS 11 emitido pelo IASB e o pronunciamento técnico CPC 19 (R2) emitido pelo CPC não permitem mais a consolidação proporcional nas Demonstrações Consolidadas das empresas que possuem participação em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), devendo assim os empreendedores utilizarem o método de equivalência patrimonial.

Conforme pronunciamento técnico CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, no método de equivalência patrimonial o valor do investimento deve ser reconhecido inicialmente pelo custo e o seu valor contábil será alterado através do reconhecimento, no resultado da empresa investidora, do valor proporcional da participação nos resultados da empresa investida, e assim sendo, as distribuições de dividendos diminuirão o saldo de investimentos na investidora.

Iudícibus et. al. (2010) comenta ainda que o investimento sofrerá alteração com base na mutação de cada elemento do patrimônio líquido da investida, referente ao

percentual da investidora, com base na natureza de cada uma delas. Desta forma, o pronunciamento técnico CPC 18 (R2) complementa que os valores proporcionais a participação das mutações dos resultados abrangentes serão reconhecidos em conta de igual natureza e não no resultado.

Tanto o pronunciamento técnico CPC 18 (R2) quanto Iudícibus et. al. (2010) descrevem que o lucro nas vendas de ativos entre empresas investidoras e investidas que ainda não foram repassados a terceiros (não pertencentes ao grupo econômico) e desta forma estão compondo o saldo de uma delas na data base de consolidação, devem ser desconsiderados no cálculo de equivalência patrimonial, uma vez que, o lucro ainda não foi realizado pelo grupo econômico.

O pronunciamento técnico CPC 18 (R2) classifica as operações entre investida e investidora em dois tipos: ascendentes (*upstream*) e descendentes (*downstream*). As operações ascendentes são, por exemplo, a venda de ativos da empresa investida para a investidora e as operações descendentes são o inverso, quando uma empresa investidora, por exemplo, vende um ativo a empresa investida. Para os casos ascendentes, Iudícibus et. al. (2010) descreve que o lucro realizado na operação deve ser reconhecido na investida, porém, deve ser desconsiderado no cálculo da equivalência patrimonial da investidora. Já a forma descendente, o investidor pode considerar em seu resultado a extensão da participação dos outros investidores na empresa investida, desde que esses investidores não pertençam ao grupo econômico.

Para ilustrar melhor, considere o exemplo hipotético onde a empresa A possui dois empreendimentos controlados em conjunto, B e C, com 50% de participação em cada um deles. As transações entre as empresas estão descritas abaixo:

1ª Descendente:

A → B auferindo lucro de R\$ 100, onde B na data base ainda possui o bem em estoque.

2ª Ascendente:

C → A auferindo lucro de R\$ 100, onde A não realizou a venda do bem.

Na primeira operação, o lucro realizado pela investidora A é apenas na extensão da participação de outros investidores, neste caso 50%, desta forma no resultado de A, haveria R\$ 50,00 registrados como lucro. Como a empresa B não realizou a venda do bem, não haveria resultado de equivalência patrimonial a ser reconhecido.

No segundo caso, como os R\$ 100,00 de lucro da investida C não se realizou, a empresa A deve desconsiderar o lucro R\$ 100,00 para cálculo da equivalência patrimonial, demonstrando que a empresa A não auferiu lucro na operação, uma vez que não realizou a venda do bem.

Quando a empresa investida possuir o patrimônio líquido negativo, Iudícibus et. Al (2010) e o pronunciamento técnico CPC 18 (R2) convergem, determinando que a empresa investidora deve reduzir o seu investimento até zero e um passivo só será reconhecido a medida que a investidora tiver obrigações legais ou construtivas em função de sua participação. Iudícibus et al. (2010) cita alguns exemplos de obrigação construtiva, sendo um deles quando a investidora assume um compromisso acima de sua participação para salvaguardar a imagem do grupo e outro quando a investidora é fiel depositária da empresa investida em caso de inadimplemento de algum passivo da investida.

O pronunciamento técnico CPC 18 (R2) ainda define que as práticas contábeis entre a investida e investidora devem ser uniformes, caso não sejam, devem ser efetuados ajustes necessários para se adequar tais práticas as demonstrações financeiras da investida.

### **3 – PROCEDER METODOLÓGICO**

#### **3.1 – Coleta de dados**

O universo inicial da amostra são as empresas que compõem a carteira fictícia do IBOVESPA em 22 de junho de 2013.

O índice IBOVESPA é uma carteira teórica de ações da bolsa de valores de São Paulo, BM&FBovespa, que representa fielmente o comportamento das principais ações transacionadas (BM&FBovespa, 2013). Em 22 de junho de 2013, data de coleta dos dados, o IBOVESPA possuía setenta e um tipos de ações, pertencentes a sessenta e cinco empresas diferentes.

Em 22 de junho de 2013 foram levantadas as notas explicativas das demonstrações financeiras de março de 2013 das sessenta e cinco empresas no site da BM&FBovespa.

#### **3.2 – Exclusões da população**

Foram excluídas inicialmente as quatro instituições financeiras (Bradesco, Banco do Brasil, Itaú Unibanco e Santander), uma vez que, conforme Ofício Circular CVM/SEP nº 1 de 2013 (CVM, 2013), as instituições financeiras tem a opção de apresentar as demonstrações financeiras consolidadas trimestrais apenas em conformidade das normas brasileiras de contabilidade aprovadas pelo Banco Central do Brasil, que no caso, ainda não abrange o pronunciamento técnico CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto.

Analizou-se então as notas explicativas às demonstrações financeiras trimestrais com data base 31/03/2013 de sessenta e uma empresas. A fim de alcançar de maneira efetiva o objetivo da pesquisa, excluiu-se da amostra as empresas que não obedeceram aos critérios descritos e justificados abaixo:

1) Possuir investimentos em controladas em conjunto: Uma vez que sem investimento em controlada em conjunto, o pronunciamento técnico CPC 19 (R2) não trará impacto as demonstrações.

2) Reapresentar o saldo comparativo com os efeitos do pronunciamento técnico CPC 19 (R2) de maneira separada: Uma vez que, o referido pronunciamento não foi o único pronunciamento técnico alterado com vigência a partir de 2013,

algumas empresas apresentaram as alterações de todos os pronunciamentos técnicos que impactaram as demonstrações financeiras de forma agregada.

Por não atender aos requisitos, foram excluídas da análise quarenta e quatro empresas, fazendo com que nossas análises sejam com base nos resultados apresentados por dezessete empresas. Segue abaixo relação das empresas desconsideradas e o motivo da desconsideração.

**Quadro 1: Exclusões da população**

Justificativa	Empresa
Adotaram o CPC de maneira antecipada	Gerdau
	Gerdau Met
	Klabin S/A
	Souza Cruz
	Vale
Imateriais para a companhia	Ambev
	Bradespar
	Brf Sa
	Cesp
	Jbs
	Telef Brasil
Instituições Financeiras	Bradesco
	Brasil
	Itaunibanco
	Santander Br
Não demonstram os impactos ou não demonstram de maneira separada	All Amer Lat
	Braskem
	Cosan
	Ogx Petroleo
	Petrobras
	Rossi Resid
	Suzano Papel
	Usiminas
	Br Propert
	Cyrela Realt
	Energias Br
	Gafisa
	Itausa
	Pdg Realt
Não possuem controlada em conjunto	Bmfbovespa
	Cetip
	Cia Hering
	Dasa
	Duratex
	Eletropaulo
	Fibria
	Gol
	Hypermarcas
	Llx Log
	Localiza
	Lojas Americ
	Lojas Renner
	Marfrig
	Mmx Miner
	Natura
	P.Acucar-Cbd
	Tim Part S/A
	V-Agro

Fonte: Elaboração própria

Das dezessete empresas que se enquadram no parâmetro para análise, existem exceções específicas para o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado.

A B2W Digital, não apresentou alterações no período comparativo do Balanço Patrimonial, uma vez que, sua única controlada em conjunto, a Submarino Finance, a partir da reestruturação societária ocorrida em novembro de 2012 deixou de ser controlada em conjunto e passou a ser controlada da B2W, e desta forma em 31/12/2012 está reconhecida por consolidação integral.

A SABESP, não apresentou os impactos na sua Demonstração do Resultado do Exercício, desta forma, excluiu-se esta empresa das análises de resultado.

### **3.3 – Metodologia das análises**

Com base na característica qualitativa da informação contábil da comparabilidade, onde as empresas devem reapresentar qualquer mudança de política contábil no saldo comparativo apresentado, tabulou-se os dados obtidos das notas explicativas no saldo comparativo, 31/12/2012 para Balanço Patrimonial e 31/03/2012 para Demonstrações de Resultado, acarretadas pela alteração do pronunciamento técnico CPC 19 (R2).

Para o Balanço Patrimonial analisou-se os impactos das demonstrações financeiras no ativo circulante, ativo não circulante, passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido assim como os seguintes índices patrimoniais: liquidez corrente, participação de capital de terceiros e composição do endividamento.

O índice de liquidez corrente é calculado através da divisão do ativo circulante sobre o passivo circulante, ele representa o quanto a empresa possui de recursos realizáveis no curto prazo para honrar suas dívidas de curto prazo, ou seja, para cada R\$ 1,00 que a empresa possui de dívida de curto prazo, quanto ela possui de recursos.

A participação de capital de terceiros ou grau de endividamento é calculada através da divisão do passivo total sobre o patrimônio líquido, este índice representa para cada R\$ 1,00 que a empresa recorre a capital próprio, quanto ela utiliza de capital de terceiros.

O índice composição do endividamento apresenta em valores percentuais o quanto da dívida com terceiros da empresa está localizada no circulante, sendo calculada através da divisão do passivo circulante sobre o passivo total.

Na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) analisou-se especificamente os impactos no lucro bruto, resultado operacional antes do resultado financeiro (ROARF), lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR) e lucro líquido do exercício, assim como os índices: Uma vez que as alterações advindas dos pronunciamentos técnicos CPC 19 (R2), não causam impactos no Lucro Líquido do exercício, as análises dos índices de resultado, margem bruta (MB), margem operacional (MO) e margem líquida (ML) nos dá uma melhor visão destes impactos.

A Margem Bruta é calculada através da divisão do Lucro Bruto sobre a Receita Operacional Líquida e demonstra percentualmente o quanto o custo impacta na receita líquida.

A Margem Operacional é calculada através da divisão do LAIR sobre a Receita Operacional Líquida, este índice demonstra percentualmente o quanto da receita líquida é impactado pelos custos e despesas operacionais.

Obtém-se a Margem Líquida através da divisão do Lucro líquido sobre a Receita Operacional Líquida. Isto demonstra a rentabilidade final, em valores percentuais, da atividade em relação a receita líquida.

## 4 – ANÁLISE DOS DADOS

### 4.1 – Análises relacionadas ao Balanço Patrimonial

Abaixo segue quadro com as variações percentuais dos grupos de contas patrimoniais analisados por empresa.

**Quadro 2: Variações patrimoniais**

Empresa	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo total	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Total
BR MALLS PAR	2%	1%	1%	1%	3%	2%
BROOKFIELD	11%	-2%	4%	4%	8%	6%
CCR SA	30%	9%	11%	12%	16%	15%
CEMIG	27%	18%	20%	11%	45%	28%
CIELO	1%	-1%	0%	0%	0%	0%
COPEL	0%	0%	0%	1%	0%	0%
CPFL ENERGIA	2%	8%	7%	4%	11%	9%
ELETRONBRAS	6%	21%	17%	18%	33%	28%
EMBRAER	0%	0%	0%	0%	0%	0%
LIGHT S/A	7%	4%	5%	7%	7%	7%
MRV	11%	1%	7%	10%	12%	11%
OI	0%	0%	0%	0%	0%	0%
SABESP	0%	1%	1%	1%	1%	1%
SID NACIONAL	10%	-21%	-8%	-2%	-11%	-10%
TRAN PAULIST	7%	19%	15%	14%	40%	31%
ULTRAPAR	1%	0%	0%	1%	0%	1%
<b>Consolidado</b>	<b>6%</b>	<b>8%</b>	<b>8%</b>	<b>8%</b>	<b>13%</b>	<b>12%</b>

Fonte: Elaboração própria

Após análise do quadro 2 e o apêndice 1, podemos verificar uma redução de 6% no ativo circulante total consolidado das empresas analisadas. Isto equivale a uma redução de R\$10.054 milhões no ativo circulante total da amostra. Podemos observar ainda que as empresas com maior impacto percentual em seus ativos possuíram uma redução de até 30% no total de seus ativos circulantes.

O maior impacto no Ativo das empresas analisadas está nos ativos não circulantes, com uma variação percentual negativa de 8% e uma redução total de R\$ 31.559 milhões.

Analisando-se individualmente em valores percentuais, podemos observar que das dezesseis empresas analisadas, sete apresentaram maior redução percentual em seus ativos circulantes e quatro apresentaram basicamente a mesma variação em



ambos. Então por quê as variações totais do ativo não circulante superaram os do ativo circulante tanto em valor quanto em percentual? A resposta está principalmente nas variações apresentadas pela ELETROBRAS e a CEMIG, a primeira representando uma redução percentual de 21% e em valor R\$ 27.289 milhões e a segunda redução percentual de 18% e R\$ 5.135 milhões em valor. Isto se deve principalmente a grande redução em seus ativos financeiros. As empresas controladas em conjunto da ELETROBRAS e CEMIG possuem contratos de concessão com o governo no ramo de energia elétrica e grande parte do total de seus ativos encontram-se no ativo financeiro da concessão, o não reconhecimento da consolidação proporcional neste tipo de ativo ocasionou para as empresas uma redução de R\$ 21.919 milhões e R\$ 5.691, respectivamente.

Ao realizar a análise do total do ativo podemos observar uma redução percentual de 8%, o que equivale a R\$ 41.653 milhões. Estes valores são tão representativos que podemos observar que apenas três empresas possuem um ativo total maior do que a diferença apresentada e o somatório do ativo total das quatro empresas que possuem menor ativo não alcança este número. Em percentual, podemos observar que das dezesseis empresas analisadas, dez apresentaram redução em seus ativos totais, sendo as principais, conforme motivo apresentado acima, CEMIG e ELETROBRAS, cinco praticamente não apresentaram redução (redução inferior a 1%) e apenas uma empresa, a SID NACIONAL, apresentou elevação em seu total de ativo.

Em relação aos passivos, observa-se no quadro 2 e apêndice 2 que os ajustes provenientes do pronunciamento técnico CPC 19 (R2) ocasionaram uma redução de R\$ 8.504 milhões no total de passivo circulante das empresas, o que representa em termos percentuais 8%. Apesar de a redução percentual do passivo circulante ser maior do que a do ativo circulante (6%), enquanto no ativo circulante as empresas que apresentaram maiores impactos percentuais chegaram a atingir uma redução de até 30%, o que vemos no passivo circulante são reduções mais homogêneas, sendo as empresas que apresentaram maiores impactos chegando a no máximo 18% de redução em valores percentuais.

Ao analisar-se os passivos não circulantes, pode-se observar uma redução total de R\$ 33.109 milhões, o que em valores percentuais representa uma redução de 14%. Das empresas analisadas, apenas duas apresentaram maior redução percentual no passivo circulante do que no não circulante, sendo que seis empresas apresentaram basicamente as mesmas alterações percentuais. As demais oito empresas que

possuíram redução superior no passivo não circulante, as que apresentaram maiores variações percentuais foram CEMIG, TRAN PAULISTA e ELETROBRAS. A TRAN PAULISTA não apresentou suas variações de forma analítica (não demonstrou as alterações no passivo por conta) e desta forma não se pode analisar qual foi a conta que influenciou neste impacto. Porém, na CEMIG e na ELETROBRAS, que juntas representam uma redução de R\$ 31.058 milhões no total das reduções, apresentam principais reduções na conta empréstimos e financiamentos, demonstrando que o não reconhecimento de seu percentual nos empréstimos e financiamentos de suas empresas investidas, acarretaram em uma redução significativa em suas dívidas de longo prazo.

Pode-se observar que a redução no total do passivo das empresas representou em valores o montante de R\$ 41.613 milhões, o que representa em percentual uma variação negativa de 12%. Como apresentado também no total de ativo, observa-se a relevância deste impacto, uma vez que apenas três empresas da população possuem passivo superior ao do montante total do impacto e o valor somado dos passivos das seis empresas com menor passivo não chegam a este valor. Observou-se ainda que das empresas analisadas, quatro praticamente não apresentaram variação (menor que 1%), onze apresentaram variação negativa no total do passivo e apenas uma, a SID NACIONAL, como era de se esperar devido à variação positiva no ativo total, apresentou variação positiva nos valores.

Abaixo segue quadro com as alterações apresentadas nos índices patrimoniais.

**Quadro 3: Índices patrimoniais**

Empresa	Liquidez Corrente	Grau de endividamento	Composição do endividamento
SID NACIONAL	-0,38	0,44	-1%
COPEL	0,00	0,00	0%
ULTRAPAR	0,00	-0,01	0%
CIELO	-0,01	0,00	0%
OI	0,00	0,00	0%
EMBRAER	0,00	0,00	0%
LIGHT S/A	-0,01	-0,19	0%
SABESP	0,01	-0,02	0%
BR MALLS PAR	-0,01	-0,02	0%
MRV	-0,02	-0,19	1%
BROOKFIELD	-0,11	-0,16	1%
CCR SA	-0,09	-0,47	1%
CPFL ENERGIA	0,03	-0,27	1%
ELETROBRAS	0,22	-0,44	4%
TRAN PAULIST	0,16	-0,29	8%
CEMIG	-0,15	-0,72	12%

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar individualmente as empresas apresentadas no quadro 3, observa-se que oito apresentaram piora na liquidez corrente, sendo a mais relevante na empresa SID NACIONAL, onde o índice de liquidez corrente reduziu 0,38. Quatro das dezesseis empresas analisadas não apresentaram variação neste índice e quatro apresentaram melhora, sendo a mais relevante apresentada pela ELETROBRAS, que aumentou 0,22. Um dos fatores que explica a piora deste índice é, uma vez os ativos circulantes da investida não serem reconhecidos proporcionalmente, são reconhecidos através da equivalência patrimonial no investimento, grupo este pertencente ao não circulante.

Para o grau de endividamento, apenas uma empresa apresentou aumento da participação de capital de terceiros, a SID NACIONAL, onde ocorreu um aumento de 0,44. Quatro empresas não apresentaram variação neste índice e doze apresentaram aumento no capital próprio, sendo o maior apresentado pela CEMIG (-0,72).

Na composição do endividamento observou-se que apenas uma empresa apresentou redução na participação do passivo circulante, a SID NACIONAL, apresentando uma redução de 1% no índice, oito empresas não apresentaram mudança na sua composição de endividamento e sete apresentaram aumento da participação do passivo circulante, sendo a mais significativa apresentada pela CEMIG, apresentando variação de 12% no índice.

Observando os índices de liquidez e de endividamento, podemos observar que a SID NACIONAL, única empresa que apresentou aumento no ativo total, apresentou pioras significativas nos índices analisados.

#### 4.2 – Análises relacionadas a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Abaixo segue relação das empresas pertencentes ao escopo de análise da DRE, assim como as alterações percentuais dos valores.

**Quadro 4: DRE empresas analisadas**

<b>Empresa</b>	<b>Lucro Bruto</b>	<b>Receita Operacional antes do Resultado Financeiro</b>	<b>Lucro Líquido antes dos impostos</b>	<b>Lucro Líquido</b>
B2W DIGITAL	0%	0%	0%	0%
BR MALLS PAR	-4%	-1%	-1%	0%

BROOKFIELD	-18%	-15%	58%	0%
CCR SA	-8%	-1%	-3%	0%
CEMIG	-24%	-13%	-6%	0%
CIELO	0%	0%	0%	0%
COPEL	0%	0%	0%	0%
CPFL ENERGIA	-9%	-8%	-3%	0%
ELETROBRAS	-18%	-23%	-6%	0%
EMBRAER	-1%	0%	0%	0%
LIGHT S/A	-1%	0%	0%	0%
MRV	-14%	-3%	-2%	0%
OI	0%	0%	0%	0%
SID NACIONAL	-12%	-2%	-31%	0%
TRAN PAULIST	-10%	-6%	-2%	0%
ULTRAPAR	-1%	0%	-1%	0%
<b>Consolidado</b>	<b>-12%</b>	<b>-9%</b>	<b>-4%</b>	<b>0%</b>

Fonte: Elaboração própria

Antes de iniciar as análises faz-se necessário a seguinte consideração, algumas das empresas analisadas consideram o Resultado de Equivalência Patrimonial parte do Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro (ROARF), algumas não consideram e outras não apresentaram este valor de forma segregada. Entendemos que as empresas que não apresentaram a Equivalência Patrimonial a considerou parte do Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro, desta forma, para não distorcemos os resultados, reclassificou-se o Resultado de Equivalência Patrimonial de todas as empresas para pertencer ao Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro.

Observando o quadro 4 e o apêndice 3, pode-se observar que houve uma redução no Lucro Bruto de R\$ 2.306 milhões o que representa em termos percentuais uma perda de 12%. Podemos observar que apenas quatro empresas não apresentaram variação (menor que 1%) em seu Lucro Bruto e dentre as empresas com maior perda se destacavam novamente ELETROBRAS e CEMIG com, respectivamente, perdas de R\$ 1.483 milhões, 18% em termos percentuais e R\$ 395 milhões, 24% em termos percentuais.

Ao observar o resultado operacional antes do resultado financeiro, grande parte da perda no Lucro Bruto foi “absorvida” pelas Despesas e Receitas operacionais, o que era de se esperar, uma vez que o Resultado de Equivalência Patrimonial anteriormente não reconhecido é contabilizado neste grupo. Podemos observar que a perda no

resultado total apresentou uma queda de R\$ 2.306 milhões para R\$ 801 milhões (de 12% para 9% em valores percentuais).

Pode-se observar que as que apresentaram maiores ganhos no resultado financeiro foram a ELETROBRAS e a CEMIG, com ganhos de R\$ 403 milhões e R\$ 101 milhões, respectivamente. Demonstrando assim relação direta com a redução nos passivos das mesmas, uma vez que conforme dito anteriormente a redução significativa no passivo das duas se deveu pelo não reconhecimento dos empréstimos e financiamentos de suas empresas controladas em conjunto, os juros destas operações também não são reconhecidos.

Ao analisar o Lucro antes dos impostos sobre resultado (LAIR) observa-se uma redução total de R\$ 257 milhões e 4% em termos percentuais. A maior parte das empresas não apresentam variação percentual significativa, sendo seis empresas com nenhuma variação e apenas duas empresas, BROOKFIELD e SID NACIONAL com perdas significativas, sendo R\$ 4 milhões e R\$ 28 milhões (58% e 31%), respectivamente.

Segue abaixo quadro resumo com o cálculo dos índices de rentabilidade do resultado após os impactos provenientes do CPC 19 (R2).

**Quadro 5: Índices de rentabilidade**

Empresa	MB anterior ao CPC 19 (R2)	MB após o CPC 19 (R2)	MB diferença	MO anterior ao CPC 19 (R2)	MO após o CPC 19 (R2)	MO diferença	ML anterior ao CPC 19 (R2)	ML após o CPC 19 (R2)	ML diferença
B2W DIGITAL	24%	24%	0%	-6%	-6%	0%	-4%	-4%	0%
BR MALLS PAR	91%	91%	1%	54%	56%	2%	50%	52%	2%
BROOKFIELD	21%	20%	-1%	-1%	-2%	-1%	-2%	-3%	0%
CCR SA	59%	60%	0%	35%	37%	2%	23%	25%	2%
CEMIG	39%	38%	-1%	23%	28%	5%	15%	20%	5%
CIELO	67%	68%	1%	72%	73%	1%	47%	47%	1%
COPEL	33%	33%	0%	24%	24%	0%	16%	16%	0%
CPFL ENERGIA	34%	31%	-3%	19%	18%	0%	12%	12%	0%
ELETROBRAS	100%	100%	0%	24%	27%	3%	15%	19%	3%
EMBRAER	23%	23%	0%	7%	7%	0%	9%	9%	0%
LIGHT S/A	29%	28%	0%	11%	11%	0%	7%	7%	0%
MRV	27%	26%	-1%	15%	16%	2%	13%	15%	2%
OI	52%	52%	0%	12%	12%	0%	12%	12%	0%
SID NACIONAL	29%	29%	0%	2%	2%	0%	2%	3%	0%
TRAN PAULIST	61%	72%	11%	42%	54%	12%	31%	42%	10%
ULTRAPAR	7%	7%	0%	2%	2%	0%	2%	2%	0%
<b>Total</b>	<b>41%</b>	<b>39%</b>	<b>-2%</b>	<b>15%</b>	<b>15%</b>	<b>1%</b>	<b>10%</b>	<b>11%</b>	<b>1%</b>

Fonte: Elaboração própria

Podemos observar que nove empresas não apresentaram diferença na Margem Bruta (MB), cinco apresentaram variação de 1% para mais ou para menos e apenas duas apresentaram outros tipos de variação, CPF Energia e TRAN PAULISTA, sendo esta última a responsável pela maior variação (no valor de 11% de melhora). Podemos observar que esta melhora se deve pela redução dos custos da TRAN PAULISTA provenientes das suas controladas em conjunto, uma vez que, sua Receita Operacional Líquida reduziu 24% e seus custos reduziram na faixa de 46%.

Ao analisarmos a Margem Operacional (MO), observa-se que oito empresas não apresentaram variação neste índice, seis apresentaram variações inferiores a 5% e duas apresentaram variações diferentes, sendo a mais relevante observada novamente na TRAN PAULISTA, apresentando uma melhora de 12%. A elevação deste índice, mesmo em relação a Margem Bruta, se deve à melhoria não só no Lucro Bruto como também nas Receitas/Despesas operacionais (melhoria de 34%) e no Resultado Financeiro (melhoria de 21%).

Analisando a Margem Líquida (ML), novamente nove empresas não apresentaram variação neste índice e as outras sete apresentaram melhoras, sendo a mais significativa, assim como esperado devido à análise dos outros dois índices, apresentada pela TRAN PAULISTA (melhora de 10%). A melhora identificada em todas as empresas se deve pelo fato da perda percentual na Receita Operacional Líquida ser inferior aos ganhos operacionais dos demais componentes da DRE.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 5.1 – Conclusões

Podemos observar que a contabilidade está em constante processo de adaptação e transformação sempre no intuito de melhorar o registro dos eventos financeiros melhorando o entendimento e apresentação dos dados financeiros das entidades. Essas transformações vêm gerando impactos significativos nas demonstrações financeiras e criando um grande universo para exploração e estudos referentes aos temas.

As inúmeras alterações na contabilidade brasileira provenientes principalmente da convergência as normais internacionais de contabilidade tem apresentado impacto nas demonstrações financeiras das Entidades. Uma destas alterações recentes foi a adoção ao IFRS 11 – *Joint Arrangements* com consequente alteração do CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

As empresas analisadas apresentaram impactos significativos em seus ativos e passivos, sendo a única empresa a apresentar elevação em seu ativo total consolidado a SID NACIONAL no valor R\$ 3.988. As demais empresas apresentaram reduções em seus ativos, sendo a mais significativa apresentada pela ELETROBRAS no montante de R\$ 29.761 milhões.

Ao analisar a Demonstração do Resultado do Exercício destas empresas, observou-se que apesar das perdas apresentadas na Receita Operacional Líquida destas entidades, sete empresas não demonstraram impactos alguns em seus índices de rentabilidade, as nove demais apresentaram melhoria nestes índices. Isto demonstra que apesar das perdas patrimoniais identificadas na convergência a este novo IFRS, as empresas melhoraram ou mantiveram seus índices de rentabilidade.

### 5.2 – Limitações

O presente estudo apresenta algumas limitações, como por exemplo, a seleção não probabilística das empresas que pertenceriam a amostra, algumas empresas não apresentarem os impactos por não os considerarem materiais, a não interpretação das demais demonstrações financeiras das entidades (DFC e DVA) e o fato de pela análise ter se baseado nas demonstrações financeiras trimestrais, o resultado reapresentado foi

o de março de 2012, fazendo com que não fosse possível fazer análises comparativas entre resultado e patrimônio.

### **5.3 – Sugestões de pesquisa**

Para futuros estudos, uma sugestão seria a realização de estudo semelhante, porém referente aos impactos advindos dos IFRS 10, 11 e 12 em conjunto, uma vez que todos apresentam alterações na forma de consolidação anteriormente adotada, de forma a obter visão mais abrangente sobre as modificações referentes às novas normas de consolidação.

Outra sugestão seria a análise das demonstrações financeiras anuais findas em 31/12/2013, uma vez que, o resultado reapresentado será o de dezembro de 2012, poderão ser realizadas análises de resultado contra o patrimônio.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria G. Miranda; EL HAJJ, Zaina Said. Mensuração e Avaliação do Ativo: uma Revisão Conceitual e uma Abordagem do Goodwill e do Ativo Intelectual. **Caderno de Estudos**, São Paulo, FIPECAFI, v. 9, n. 16, p. 66 – 83, julho/dezembro 1997.

ANTUNES, Maria T. Pompa et. al. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 5 – 19, janeiro 2012.

BM&FBOVESPA. Metodologia Completa do Ibovespa. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=IBOVESPA&Idioma=pt-BR>>. Acesso em: 22 de junho de 2013

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas e estrangeiras. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/atos/oficios/Of%C3%ADcio%20Circular%20SEP%20n%C2%BA%2001-2013%20-%20Orienta%C3%A7%C3%B5es%20Gerais.pdf>>. Acesso em: 22 de junho de 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamentos Técnico CPC 19 (R2), de 09 de Novembro de 2012. Negócios em Conjunto. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC19%20R2%20-%20final13nov2012.pdf>>. Acesso em 22 de junho de 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamentos Técnico CPC 18 (R2), de 07 de Dezembro de 2012. Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto. Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC\\_18\\_%28R2%29\\_final.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_18_%28R2%29_final.pdf)>. Acesso em 22 de junho de 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamentos Técnico CPC 36 (R3), de 07 de Dezembro de 2012. Demonstrações Consolidadas. Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC\\_36\\_R3\\_final.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_36_R3_final.pdf)>. Acesso em 22 de junho de 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução nº 1.055/05, de 07 de Outubro de 2005. Disponível em: <[http://www.cgu.gov.br/PrevencaoDaCorrupcao/Integridade/IntegridadeEmpresas/arquivos/RES\\_1055.pdf](http://www.cgu.gov.br/PrevencaoDaCorrupcao/Integridade/IntegridadeEmpresas/arquivos/RES_1055.pdf)>. Acesso em 22 de junho de 2013.

DRUZIAN, Mariane Machado; ENSSLIN, Sandra Rolim; KRÜGER, Letícia Meurer. Evidenciação de informações financeiras: Estudo do nível de aderência das Notas Explicativas ao Pronunciamento Técnico – CPC 18 – Investimento em Coligada e em Controlada. In.: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 9, 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2012.

EL HAJJ, Zaina Said; LISBOA, Lázaro Plácido. Business combinations e consolidação das demonstrações contábeis: uma abordagem comparativa entre os pronunciamentos e normas dos US-GAAP, IASC e Brasil, **Revista contabilidade & finanças**, São Paulo, v. 12, n. 27, Sept./Dec. 2001

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo. **Revista contabilidade & finanças**, São Paulo, v. 18, n. especial, p. 9 – 18, junho 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et. al. **Manual de Contabilidade Societária**: Aplicável a todas as sociedades. São Paulo. Atlas, 2010.

LEMES, Sirlei; CARVALHO, Luiz N. Guedes de. Efeito da convergência das normas contábeis brasileiras para as normas internacionais do IASB. *In.*: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4, 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2004.

MACHADO, Itamar Miranda. Consolidação Proporcional das Demonstrações Contábeis de Empresas Controladas em Conjunto (Joint-Ventures): A Eficácia de Suas Informações no Processo de Tomada de Decisões. *In.*: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed.. São Paulo. Atlas, 2003.

MARTINS, Eliseu. Avaliação de Empresas: da Mensuração Contábil à Econômica. **Caderno de Estudos**, São Paulo, FIECAFI, v. 13, n. 24, p. 28 – 37, julho/dezembro 2000.

PWC. Nova abordagem contábil para participação em empreendimentos em conjunto (joint ventures): Aspectos a serem considerados pelos profissionais de relação com investidores brasileiros - 2012/13. Disponível em: <[http://www.pwc.com.br/pt\\_BR/br/publicacoes/institucionais/assets/nova-abordagem-contabil-12-port.pdf](http://www.pwc.com.br/pt_BR/br/publicacoes/institucionais/assets/nova-abordagem-contabil-12-port.pdf)> Acesso em: 22 de junho de 2013.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. *In.*: BEUREN, Ilse Maria et. al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3 ed.. São Paulo: Atlas, 2006. p. 76 – 97.

SILVA, Jefferson Siqueira. Demonstrações Contábeis Consolidadas: uma Análise Comparativa das Normas Brasileiras (BRGAAP) e Internacionais (IFRS). **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 51, p. 26 – 34, maio/ago. 2011.

## APÊNDICE

### Apêndice 1: Ativos empresas analisadas (valores em R\$ mil)

Empresa	AC anterior ao CPC 19 (R2)	AC após o CPC 19 (R2)	Diferença Ativo Circulante	ANC anterior ao CPC 19 (R2)	ANC após o CPC 19 (R2)	Diferença Ativo não Circulante	AT anterior ao CPC 19 (R2)	AT após o CPC 19 (R2)	Diferença Ativo Total
BR MALLS PAR	1.267.900	1.247.316	(20.584)	16.636.991	16.447.854	(189.137)	17.904.891	17.695.170	(209.721)
BROOKFIELD	5.070.484	4.532.119	(538.365)	5.208.556	5.302.217	93.661	10.279.040	9.834.336	(444.704)
CCR SA	1.603.684	1.119.608	(484.076)	12.702.142	11.591.643	(1.110.499)	14.305.826	12.711.251	(1.594.575)
CEMIG	11.990.079	8.803.752	(3.186.327)	28.901.077	23.766.129	(5.134.948)	40.891.156	32.569.881	(8.321.275)
CIELO	6.338.629	6.298.483	(40.146)	3.698.560	3.729.025	30.465	10.037.189	10.027.508	(9.681)
COPEL	4.699.255	4.681.692	(17.563)	16.545.780	16.548.766	2.986	21.245.035	21.230.458	(14.577)
CPFL ENERGIA	5.630.196	5.544.938	(85.258)	25.435.288	23.379.341	(2.055.947)	31.065.484	28.924.279	(2.141.205)
ELETROBRAS	44.342.544	41.869.837	(2.472.707)	127.853.035	100.564.377	(27.288.658)	172.195.579	142.434.214	(29.761.365)
EMBRAER	10.965.068	10.950.644	(14.424)	8.428.599	8.423.519	(5.080)	19.393.667	19.374.163	(19.504)
LIGHT S/A	2.338.763	2.167.186	(171.577)	9.387.808	8.980.261	(407.547)	11.726.571	11.147.447	(579.124)
MRV	6.912.961	6.179.521	(733.440)	4.195.781	4.160.684	(35.097)	11.108.742	10.340.205	(768.537)
OI	21.144.786	21.137.969	(6.817)	48.011.480	48.012.085	605	69.156.266	69.150.054	(6.212)
SABESP	3.336.865	3.330.598	(6.267)	23.348.333	23.145.499	(202.834)	26.685.198	26.476.097	(209.101)
SID NACIONAL	21.121.945	19.098.586	(2.023.359)	28.173.283	34.184.683	6.011.400	49.295.228	53.283.269	3.988.041
TRAN PAULIST	3.160.189	2.950.684	(209.505)	6.676.386	5.420.235	(1.256.151)	9.836.575	8.370.919	(1.465.656)
ULTRAPAR	7.176.570	7.133.038	(43.532)	8.128.330	8.116.516	(11.814)	15.304.900	15.249.554	(55.346)
<b>Total</b>	<b>157.099.918</b>	<b>147.045.971</b>	<b>(10.053.947)</b>	<b>373.331.429</b>	<b>341.772.834</b>	<b>(31.558.595)</b>	<b>530.431.347</b>	<b>488.818.805</b>	<b>(41.612.542)</b>

Fonte: Elaboração própria

### Apêndice 2: Passivo empresas analisadas (valores em R\$ mil)

Empresa	PC anterior ao CPC 19 (R2)	PC após o CPC 19 (R2)	Diferença Passivo Circulante	PNC anterior ao CPC 19 (R2)	PNC após o CPC 19 (R2)	Diferença Passivo não Circulante	PT anterior ao CPC 19 (R2)	PT após o CPC 19 (R2)	Diferença Passivo Total
BR MALLS PAR	1.436.806	1.424.127	(12.679)	7.653.129	7.456.087	(197.042)	9.089.935	8.880.214	(209.721)
BROOKFIELD	3.225.073	3.104.606	(120.467)	4.200.228	3.875.991	(324.237)	7.425.301	6.980.597	(444.704)
CCR SA	3.743.691	3.306.876	(436.815)	7.199.803	6.042.043	(1.157.760)	10.943.494	9.348.919	(1.594.575)
CEMIG	14.307.372	12.798.306	(1.509.066)	15.033.788	8.221.578	(6.812.210)	29.341.160	21.019.884	(8.321.276)
CIELO	4.627.457	4.618.944	(8.513)	3.123.625	3.122.457	(1.168)	7.751.082	7.741.401	(9.681)
COPEL	2.847.818	2.833.444	(14.374)	6.013.772	6.013.569	(203)	8.861.590	8.847.013	(14.577)
CPFL ENERGIA	5.193.351	4.969.447	(223.904)	17.981.004	16.063.703	(1.917.301)	23.174.355	21.033.150	(2.141.205)
ELETROBRAS	30.849.647	25.334.473	(5.515.174)	74.065.339	49.819.148	(24.246.191)	104.914.986	75.153.621	(29.761.365)
EMBRAER	5.705.973	5.698.431	(7.542)	6.841.212	6.829.250	(11.962)	12.547.185	12.527.681	(19.504)
LIGHT S/A	2.086.661	1.950.688	(135.973)	6.614.227	6.171.076	(443.151)	8.700.888	8.121.764	(579.124)
MRV	3.645.906	3.286.108	(359.798)	3.374.863	2.966.124	(408.739)	7.020.769	6.252.232	(768.537)
OI	17.096.423	17.093.106	(3.317)	40.950.566	40.947.671	(2.895)	58.046.989	58.040.777	(6.212)
SABESP	3.797.370	3.758.189	(39.181)	11.631.066	11.461.146	(169.920)	15.428.436	15.219.335	(209.101)
SID NACIONAL	6.408.076	6.550.899	142.823	33.879.639	37.724.857	3.845.218	40.287.715	44.275.756	3.988.041
TRAN PAULIST	1.656.421	1.424.564	(231.857)	3.101.924	1.868.125	(1.233.799)	4.758.345	3.292.689	(1.465.656)
ULTRAPAR	3.749.452	3.721.250	(28.202)	5.549.370	5.522.226	(27.144)	9.298.822	9.243.476	(55.346)
<b>Total</b>	<b>110.377.497</b>	<b>101.873.458</b>	<b>(8.504.039)</b>	<b>247.213.555</b>	<b>214.105.051</b>	<b>(33.108.504)</b>	<b>357.591.052</b>	<b>315.978.509</b>	<b>(41.612.543)</b>

Fonte: Elaboração própria

**Apêndice 3: DRE empresas analisadas parte 1 (valores em R\$ mil)**

Empresa	LB anterior ao CPC 19 (R2)	LB após o CPC 19 (R2)	LB diferença	ROARF anterior ao CPC 19 (R2)	ROARF após o CPC 19 (R2)	ROARF diferença
B2W DIGITAL	238.985	238.327	(658)	28.276	28.391	115
BR MALLS PAR	221.286	212.837	(8.449)	199.449	198.262	(1.187)
BROOKFIELD	143.042	117.632	(25.410)	21.767	18.595	(3.172)
CCR SA	750.754	688.137	(62.617)	607.642	602.853	(4.789)
CEMIG	1.621.184	1.225.818	(395.366)	1.201.150	1.042.934	(158.216)
CIELO	821.603	818.784	(2.819)	695.654	695.632	(22)
COPEL	667.420	667.420	0	460.928	460.967	39
CPFL ENERGIA	1.164.589	1.058.595	(105.994)	856.884	791.250	(65.634)
ELETROBRAS	8.277.687	6.794.841	(1.482.846)	2.307.877	1.781.428	(526.449)
EMBRAER	475.412	472.003	(3.409)	153.339	152.986	(353)
LIGHT S/A	544.199	539.604	(4.595)	342.354	343.379	1.025
MRV	270.461	232.730	(37.731)	150.524	146.022	(4.502)
OI	1.977.566	1.976.789	(777)	712.119	711.905	(214)
SID NACIONAL	1.143.133	1.011.176	(131.957)	716.249	699.171	(17.078)
TRAN PAULIST	394.465	355.621	(38.844)	342.815	321.523	(21.292)
ULTRAPAR	904.420	899.654	(4.766)	338.330	339.125	795
<b>Total</b>	<b>19.616.206</b>	<b>17.309.968</b>	<b>(2.306.238)</b>	<b>9.135.357</b>	<b>8.334.423</b>	<b>(800.934)</b>

**Apêndice 4: DRE empresas analisadas parte 2 (valores em R\$ mil)**

Empresa	LAIR anterior ao CPC 19 (R2)	LAIR após o CPC 19 (R2)	LAIR diferença	LL anterior ao CPC 19 (R2)	LL após o CPC 19 (R2)	LL diferença
B2W DIGITAL	(64.753)	(64.890)	(137)	(42.830)	(42.830)	0
BR MALLS PAR	131.188	129.847	(1.341)	121.949	121.949	0
BROOKFIELD	(7.449)	(11.741)	(4.292)	(16.314)	(16.314)	0
CCR SA	438.523	426.822	(11.701)	292.845	292.845	0
CEMIG	940.451	883.746	(56.705)	631.388	631.388	0
CIELO	873.985	873.524	(461)	567.700	567.700	0
COPEL	476.214	476.243	29	319.745	319.745	0
CPFL ENERGIA	643.106	624.089	(19.017)	412.609	412.609	0
ELETROBRAS	1.969.589	1.846.682	(122.907)	1.272.468	1.272.468	0
EMBRAER	139.668	139.165	(503)	189.287	189.287	0
LIGHT S/A	214.373	213.716	(657)	140.062	140.062	0
MRV	146.359	142.937	(3.422)	131.248	131.248	0
OI	475.508	475.252	(256)	444.107	444.107	0
SID NACIONAL	88.088	60.507	(27.581)	92.635	92.635	0
TRAN PAULIST	271.796	265.616	(6.180)	205.104	205.104	0
ULTRAPAR	275.459	273.718	(1.741)	191.663	191.663	0
<b>Total</b>	<b>7.012.105</b>	<b>6.755.233</b>	<b>(256.872)</b>	<b>4.953.666</b>	<b>4.953.666</b>	<b>0</b>

Fonte: Elaboração própria